

A PRAÇA DA MATRIZ

Andréa Soler Machado

Quem são e onde estão os Deuses das cidades? E por que reencontrá-los? Esta frase de Ítalo Calvino¹ é no mínimo instigante. Fala da cidade como algo que se transforma e da sua história como movimento. Mas fala também de algo que permanece, como uma alma, uma essência que deve ser buscada num exato momento, aquele que se poderia dizer que para nós, arquitetos, é o momento do projeto. No mesmo viés de Aldo Rossi, sugere a possibilidade de pensar a arquitetura da cidade como um processo de formação identitária que se estabelece entre permanências e transitoriedades, onde as primeiras possuem um complexo grau de dinamicidade, uma vez que correspondem a processos históricos de construção de sentidos. Caso contrário, estaríamos falando de uma concepção de cidade como museu. Assim sendo, o projeto deveria definir-se como uma ação no presente que se constrói sobre o tabuleiro do passado, reforçando, paradoxalmente, a medida que o modifica, seus significados originais: seus Deuses, diria talvez Calvino. Por isso, pode-se dizer que os Deuses da cidade habitam suas permanências, aquilo que é comum às suas duas temporalidades: o seu presente e o seu passado, onde o primeiro nada mais é do que uma imensa sobreposição de camadas temporais e o segundo, de acordo com David Lowenthal, um país estranho, um tempo não vivido, um "outro" ao qual temos acesso apenas através de seus rastros, cuja reconstrução corresponde a uma representação a partir de um trabalho arqueológico sobre sua arquitetura². De acordo com Raquel Rolnik³:

"O próprio espaço urbano se encarrega de contar parte de sua história. A arquitetura, esta natureza fabricada, na perenidade de seus materiais tem esse dom de durar, permanecer, legar ao tempo os vestígios de sua existência. Por isso, além do continente das experiências humanas, a cidade é também um registro, uma escrita, materialização de sua própria história".

Apesar de todas as transformações ao longo de sua história, pode-se dizer que a Praça da Matriz é uma das permanências mais significativas da cidade de Porto Alegre (Fig. 1). Há quem diga que é a Acrópole da capital do Rio Grande do Sul. Esta imagem metafórica, ligada à crise de paradigmas projetuais que se impõem neste final de milênio, cujo mérito reside em reconduzir-nos aos começos em busca de explicações reorientadoras de nossos projetos futuros, levou-me à tentativa de recomposição da história arquitetônica deste artefato urbano em minha dissertação de Mestrado, concluída em 1997, da qual recortei alguns trechos para compor este artigo.

A city can go through catastrophes and dark ages, see different generations follow one another in its houses, see these houses change stone by stone, but at the right moment and in different forms it must find its gods once again.



A PRAÇA DA MATRIZ

Porto Alegre surgiu como povoado chamado de Porto dos Casais poucos anos depois do desembarque dos barcos açorianos na margem norte da península correspondente ao seu núcleo fundacional e à esquina do Rio Grande de São Pedro, frente ao delta do Jacuí⁴, em 1752. A área de fundação é o atual centro da cidade e a Praça da Matriz localiza-se no ponto mais alto do mesmo. Limitada pelas ruas Duque de Caxias, cumeeira da colina - ao sul; Jerônimo Coelho - ao norte; J. A. Albuquerque, que tem como continuação a Espírito Santo - à leste; e rua sem nome - à oeste, o retângulo de 84 por 94 metros que corresponde ao seu espaço aberto não é plano: desenvolve-se em declive, da cota 35 à 30. Esculpida no meio da massa edificada, participa da história e da vida da cidade.

Em 1753, já se tem notícia da sua existência como cemitério. Como praça, a partir de 1772 - data oficial da fundação de Porto Alegre. Sobre o traçado português que definia a estrutura de ruas e de espaços abertos destinados a receber os edifícios públicos principais daquele incipiente núcleo urbano - encomendado pelo Governador da Capitania e desenhado pelo Capitão Eng^o Alexandre José Montanha - aparece, pela primeira vez, a 'Praça do Novo Lugar'. Conforme à tradição, o clero implantaria a sua sede no ponto mais alto do povoado que se iniciava, nos 'Altos da Praia'. No Alto da Bronze, o segundo ponto mais alto, seria construída a Capela do Senhor dos Passos. Entre estes dois lugares, desenvolver-se-ia a zona rica.

Como se pode ver no mapa de 1772, a margem norte é a origem do núcleo (Fig.2). O Largo da Quitanda, mais tarde conhecido como Largo do Comércio, era lugar de trapiches e trocas comerciais. Estruturava o cotidiano pacato, confrontando donas de casa e mulheres de vida fácil, velhos e crianças, marinheiros e mendigos, senhores e escravos, e convivia com um porto, porta de entrada da riqueza da cidade. Em 1824, foi construído o prédio público que lhe outorgou o seu nome popular mais recente: a Alfândega. O Largo dos Ferreiros ou do Paraíso, era o lugar onde se haviam instalado oficinas e ferrarias que atendiam comerciantes e navios. Em meados do século XIX, foi o terreno escolhido para a construção do primeiro mercado público. Na ponta da península, localizava-se o Largo do Arsenal, primeiro centro cívico, constituído pela Casa da Câmara, Casa do Governador e a Cadeia. O Largo da Força, a seu lado, era o lugar do pelourinho.

Um sistema de ruas principais, dispostas no sentido longitudinal, conectava os dois extremos - leste-oeste - do povoado: a Praia do Arsenal, aos caminhos percorridos por carretas de bois que ligavam o núcleo inicial às senzalas, às grandes propriedades agrícolas, à Viamão e aos povoados indígenas mais próximos. Ao norte, a Rua da Praia ou da Graça beirava o desembarcadouro e tinha como seguimento o Caminho do Passo D'Areia e da Aldeia dos Anjos. Entre esta e a Rua da Igreja - divisor de águas - estava a Rua da Ponte, a partir da qual partiam o Caminho do Meio e o Caminho da Azenha⁵. Ao sul, uma quadra acima da Praia do Riacho, foi traçada a Rua da Varzinha seguida pela Rua do Arvoredo⁶. Na direção oposta, ruas

estreitas e secundárias venciam as encostas íngremes do espigão. Quatro delas⁷ faziam a difícil conexão entre o norte e o sul da península: a Rua de Bragança delimitava a zona urbana da época. A Rua do Arroio - lugar de prostitutas, na margem norte, de jogo de bocha, perto da Rua da Igreja e de comércio barato, no lado sul - ligava o Pelourinho à Praia do Riacho. A Rua Bela e o Beco dos Guaranis iniciavam-se no Largo do Arsenal, passavam pelo Alto da Bronze e também terminavam naquela Praia. A Ladeira ou Rua do Ouvidor, a Rua Direita e a Rua Clara, completavam o sistema luso, conectando a 'cidade baixa' à 'cidade alta': com um quarteirão de comprimento e vinte e sete metros de desnível, a primeira era o trajeto entre o Largo da Quitanda e os 'Altos da Praia'. Através desta ligação em turbina, típica das estruturas urbanas portuguesas, a zona portuária, baixa e mundana, vinculava-se ao topo alto, sagrado e, mais tarde, político.

OS QUATRO LADOS DA PRAÇA DA MATRIZ CONTAM A SUA HISTÓRIA

O lado sul da Praça da Matriz foi o primeiro a ser constituído, sobre o alinhamento da Rua da Igreja. Com a fachada principal voltada para o norte, protegida do vento sul, vista para a margem navegável do Guaíba e para o casario fundacional, a primitiva Igreja Matriz da Madre de Deus é o marco inicial das obras determinadas pelo Governador José Marcelino de Figueiredo, logo após a fundação da cidade. Concluída em 1779, daria origem e nome à Praça da Matriz. Por ocasião da mudança da sede do governo de Viamão para a ponta da península, ponto estratégico na defesa contra os espanhóis, a Praça virou centro cívico e passou a ser conhecida como Praça do Palácio da Presidência, endereço do mesmo, concluído em 1789, à esquerda da Igreja. A seu lado, em 1790, foi construída a Casa da Junta, Real Fazenda ou Assembléia Provincial. Em 1817, é aberta a Rua Espírito Santo, também chamada de Beco do Cemitério, estabelecendo a conexão da Praça com o lado sul da península. Em algumas plantas da metade do século passado essa rua aparece com o nome de Rua do Império. À direita da Igreja, entre 1837 e 39, foi erguida a Capela do Divino Espírito Santo, demolida e reconstruída mais de uma vez.

Na primeira metade do século XIX, após a derrota do movimento separatista na Guerra dos Farrapos, o programa de modernização do estado e da província patrocinado pelo poder público empreenderia reparos em alguns prédios da Praça: na Matriz da Madre de Deus e na Casa da Junta, remodelada por George Karl Phillip Theodor von Normann, em 1849, para melhor atender à sua mais nova utilização como Assembléia Legislativa⁸. Na segunda, vários projetos importantes seriam realizados. Em 1868, Johann Grünwald, restaurador da Catedral de Colônia, foi contratado para realizar o projeto do Seminário Episcopal, nos fundos da Catedral, que se concluiu em 1888 e abriga hoje a Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Em 1879, o arquiteto de formação militar, Álvaro Nunes Pereira, assumiu a chefia da Diretoria de Obras e se encarregou do projeto não construído do novo Palácio Governamental. Dez anos depois, o governo positivista de Júlio de Castilhos encomendou

ao diretor da repartição de obras, Eng^o Afonso Herbert, um projeto para o Novo Palácio do Governo, no qual compartimentos da residência se misturavam aos destinados à administração pública. Em 1896, o antigo Palácio da Presidência é demolido - no mapa deste mesmo ano aparece uma nova rua, entre o terreno do Palácio e a Igreja Matriz: a Rua Dom Sebastião, ligando a Rua da Igreja à Rua do Arvoredo - e as obras se iniciam, mas são interrompidas pelo governo de Borges de Medeiros. A administração seguinte, de Carlos Barbosa, nomeia uma comissão para organizar, em Paris, um concurso internacional para o projeto do Palácio. Entretanto, antes mesmo dos resultados, o arquiteto francês Maurice Gras foi contratado pelo governador para fazer o projeto definitivo. De estilo neoclássico - Luis XVI - o Palácio terá paredes construídas integralmente com pedras de calcário trazidas de navio do interior da França. Reassumindo o governo, Borges demitiu os franceses e contratou técnicos locais para terminarem a obra, de acordo com o projeto original. Em 1921, o Palácio Piratini é concluído e a Rua Dom Sebastião convertida em acesso privativo secundário do mesmo. Na mesma data se colocou a pedra fundamental da Catedral que iria substituir a antiga Madre de Deus, etapa significativa de um processo também acidentado que se havia iniciado em 1917. Nesta data, a Cúria Metropolitana resolveu 'modernizar' a casa e realizar um Concurso internacional de projetos para a construção da catedral, outorgando o segundo prêmio ao projeto

O Mapa

*Olho o mapa da cidade
Como quem examinasse
A anatomia de um corpo...
(É nem que fosse o meu corpo!)*

*Sinto uma dor infinita
Das ruas de Porto Alegre
Onde jamais passarei...*

*Há tanta esquina esquisita,
Tanta nuança de paredes,
Há tanta moça bonita
Nas ruas que não andei
(E há uma rua encantada
Que nem em sonhos sonhei...)*

*Quando eu for, um dia desses,
Poeira ou folha levada
No vento da madrugada
Serei um pouco do nada
Invisível, delicioso*

*Que faz com que o teu ar
Pareça mais um olhar,
Suave mistério amoroso,
Cidade do meu andar
(Desde já tão longo andar!)*

E talvez de meu repouso...

Mário Quintana



FIG. 1 Praça da Matriz, localização no mapa do centro de Porto Alegre, situação atual.
Clóvis Oliveira, 1993.

de Theo Wiederspahn e o primeiro ao arquiteto espanhol aqui radicado, Jesus Maria Corona Alonso, que concebia uma edificação em estilo gótico a realizar-se com painéis de concreto pré-moldados. Dois anos mais tarde, as autoridades eclesiásticas abandonariam o projeto do avô de Luiz Fernando Corona e contratariam o arquiteto da Cúria Romana, Giovanni Giovenale, professor da Academia de Belas Artes em Roma, cuja proposta em estilo renascentista clássico seria construída com blocos de granito provenientes das pedreiras de Teresópolis.

Para o Palácio Piratini, Gras propõe uma barra de 60 metros de largura por 25 de profundidade, com dois pavimentos - equivalentes a seis convencionais - unida, por duas passarelas, a um bloco em forma de 'U'. A primeira, de frente para a Praça, corresponde à parte administrativa e o segundo, à ala residencial. Entre ambos, um pátio quadrado contém o acesso veicular privativo. Oito grandes colunas estruturam e monumentalizam o sistema de portas e janelas da fachada principal, alinhada com a Duque de Caxias. De acordo com o gosto da época, o estilo adotado é complementado por estátuas positivistas. A Catedral ocupa quase todo o terreno, de 50m de frente por 80m de fundo, correspondente à área antes ocupada pela Capela do Divino e Igreja Matriz, demolida em 1929. Na fachada principal, uma espécie de base organiza os acessos - um grande arco central de entrada, emoldurado por duas portas secundárias - e sustenta dois campanários simétricos separados por um grande frontão decorado. Gigantescas cabeças de índios, simbolizando os antigos habitantes da região, são elementos decorativos e representativos, pois simulam arcar com o peso das colunas e arcos que formam a base da enorme cúpula, de 74m de altura e 18m de diâmetro, cuja monumentalidade refere-se à escala da cidade. Construídos sobre o alinhamento e separados entre si por pequenas frestas, estes edifícios caracterizam-se por programa institucional representativo do poder do Estado e do Clero. Enquanto os primeiros adotavam o estilo barroco português e constituíam um todo uniforme, seus sucessores, revivalistas, conformam uma fachada eclética para a Praça da Matriz.

O lado norte, até meados do século XVIII coincidia com a Rua Riachuelo. As obras da 'Nova Casa da Ópera'⁹ - Teatro São Pedro - começaram em 1833 e foram interrompidas durante os dez anos de Revolução Farroupilha: 1835-45. A partir de então, George Karl Phillip Theodor von Normann retoma as obras do Teatro, concluído e inaugurado em 1858 e constrói, a seu lado, o prédio da Câmara e Junta Criminal, iniciada em 1864 e concluída em 1875. Tipologicamente gêmeos e com fachadas idênticas - 25 metros de largura por 50 de profundidade e dois pavimentos mais telhado de altura - o Teatro e a Câmara estabeleceriam um novo limite, proporções renovadas e uma espécie de portal de entrada para a Praça da Matriz, desde a Rua da Ladeira. Na esquina desta com a Riachuelo, Afonso Herbert constrói, em 1912, a Biblioteca Pública de Porto Alegre. Em estilo neoclássico, complementada por bustos de 'santos' da religião da humanidade, a

Biblioteca torna-se elemento de reforço daquela composição que durou 80 anos, destruída pelo incêndio que consumiu com a Câmara em 1949. Em 1953, o terreno-quadra desta última seria utilizado no Concurso de projetos para a sede do poder judiciário estadual.

No início da formação do povoado, o lado oeste era a borda irregular de um quarteirão demarcado e ainda não edificado. Na planta de 1837, nos dois extremos desta linha divisória, dentro do espaço da Praça, aparecem dois novos elementos: uma residência voltada para a Rua da Igreja, em frente à Assembléia Provincial, ao sul, e as fundações do Theatro. Nos registros de 1839, a casa não existe mais (Fig.3). A Casa do Bailante, com seu pórtico grego, construído do lado de dentro e sobre a borda agora retificada da quadra, consta na planta de 1869. A seu lado, o terreno vazio da esquina com a Rua da Igreja abriga o reservatório da primeira Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, que em 1896 já possui uma sede. No princípio do século Afonso Hebert projetou o Arquivo Público do Estado. Devido ao desnível existente entre o seu terreno e o lado noroeste da Praça, o edifício estreito - de frente para a Rua Riachuelo, na altura da Caldas Júnior - composto por uma série de arcos em estilo neoclássico, constituiu um muro de arrimo de dez metros de altura, arrematado por uma cornija que redefinia o alinhamento do terreno da Bailante e servia de balaustrada protetora do mesmo. Se é lícito comparar a Praça da Matriz à morada dos Deuses na colina de Atenas, pode-se dizer que a escadaria pública que conecta o pátio do Arquivo Público à Praça é um portal desta Acrópole. Para que pudesse ser construído em 1928 o Auditório Araújo Viana, Otávio Rocha mandou demolir, em 1924, a Casa do Bailante e transferir a Hidráulica, na mesma época, para o Bairro Moinhos de Vento. Com a finalidade de abrigar os concertos da Banda Municipal, o Auditório possuía uma



FIG. 2 Planta de Porto Alegre em 1772.
Clávis Oliveira, 1993.

platéia de 400 bancos fixos ao ar livre, dispostos em quatro terraços, segundo a declividade natural do terreno, que convergia para um ponto focal, onde uma grande concha acústica fazia contraponto ao monumento em homenagem a Júlio de Castilhos, situado no centro da esplanada pavimentada da Praça da Matriz. Este magnífico espaço aberto público, por um lado, podia ser lido como extensão da Praça, e neste caso, a antiga Assembléia, localizada ao lado do Palácio Piratini e o Solar dos Câmara, construído em 1818, faziam parte das suas bordas. Por outro, podia ser descrito como limite desta, devido à forte presença física da seqüência de pilares que compunham a pérgola escalonada de fechamento virtual espacial do auditório. Esta pérgola, além de ser um elemento de transição para a Praça, era também um suporte para as rosas trepadeiras que formavam uma verdadeira cobertura vegetal. Em 1958, o Auditório seria demolido e o seu terreno, utilizado no mesmo ano pelo concurso do novo Palácio Legislativo.

O lado leste, corresponde ao lado edificado da Rua Espírito Santo. No final do século XIX, a esquina com a Rua da Igreja era conformada pela Intendência Municipal e a esquina com a Jerônimo Coelho por prédio projetado em 1868 por Francisco Nunes Miranda para servir, naquela época, de Secretaria de Obras. Posteriormente, abrigaria dois outros programas: a partir de 1890, sediou o Comando das Armas, motivo pelo qual passou a ser chamado de 'Forte Apache' e, de 1896 a 1921, foi sede provisória do governo estadual. Entre ambos, moradias nobres, pouco a pouco, completavam o quarteirão. No princípio deste século, este lento processo ainda não havia terminado: nos anos de 1920, Richard Wriht projetou o Palacete da família Palmeiro da Fontoura. Vinte anos depois, estas casas já começariam a ser substituídas por edifícios altos com elevador. Por outro lado, a partir do Plano Gladosch, de 1943, a altura máxima estipulada para a Praça da Matriz passou a ser de 40 metros, equivalente, em média a 13 pavimentos, conforme mostra o esquema. Seguindo este padrão, nesta época foram construídos dois edifícios adotando o estilo em moda na época, o *Art-Déco*: um ao lado da Intendência e o Bela Vista, do outro lado da Duque de Caxias, na esquina da Espírito Santo. Constituinte o lado funcionalmente misto da Praça da Matriz, este quarteirão é uma demonstração do contínuo processo de fragmentação que a inserção de edifícios altos, provenientes de diferentes regulamentações, passa a gerar no tecido da cidade¹⁰.

A PRAÇA DA MATRIZ: SEU ESPAÇO ABERTO

De 1753 a 1772, o espaço aberto da Praça da Matriz era apenas um cemitério¹¹. Entre a conclusão da Igreja Matriz e do primeiro Palácio da Presidência, Deus abençoou vivos e mortos nos 'Altos da Praia'. Em 1789, o cemitério foi transferido para os fundos da Igreja - onde permaneceu até 1850 - cedendo seu lugar ao movimento de pedestres que o novo centro cívico requeria. Com a conclusão dos prédios das três instituições no lado sul, afloraram os problemas relativos à forte declividade e erosão do lugar. A construção de um muro de arrimo

sustentando o passeio público que lhes servia de acesso, em cota superior àquele largo inclinado, parecia então, no mínimo, apropriado. Durante muitos anos, dito muro, uma espécie de balaustrada da qual o pedestre podia contemplar o Guaíba, constituiu um desnível significativo, correspondente à altura aproximada de um pavimento, entre o conjunto Palácio - Igreja - Capela - Rua da Igreja e a Praça propriamente dita e, por isso mesmo, o limite sul do mesmo. Naqueles tempos longínquos, a Igreja não era apenas uma questão de fé mas também de festa: a do Divino não se limitava à Capela, ocupava todo o terreno da Praça, que ainda não passava de um vazio irregular, repleto de pedras soltas, sem qualquer pavimento, adorno ou vegetação. Uma pequena escada, localizada mais ou menos na frente do Palácio, conectava os dois espaços. No mapa de 1839, a escada ocupa uma nova posição: centralizada e alinhada com a Rua da Ladeira. Um muro em zigue-zague separa o espaço aberto da Praça dos terrenos vagos de propriedade particular, a oeste. A leste, uma linha pontilhada revela a intenção de separar o espaço da Praça do alinhamento dos prédios. Com a retomada das obras do Theatro, em 1846, a Câmara Municipal construiria, no centro do espaço, uma calçada com a largura de vinte palmos, ligando, de maneira perpendicular ao paredão de arrimo, a escada de acesso à Rua da Igreja à Ladeira, ao norte. Dois anos depois, no lado leste, outra, do



FIG. 3 Planta de Porto Alegre, 1839.
Clávis Oliveira, 1993.

Beco do Cemitério até a Rua da Ponte - Riachuelo. Por volta de 1864 - no mesmo ano em que se iniciaram as obras da Câmara - foi inserido o primeiro elemento decorativo no centro da Praça: um chafariz de mármore com estátuas que simbolizavam os rios da bacia do Guaíba, cuja instalação tornou-se possível com a construção do reservatório da Hidráulica. Um ano depois, o lugar converteu-se em Praça Dom Pedro II. No mapa de 1869, o Theatro, já concluído, e a Câmara, em construção, abrem-se diretamente para o espaço redefinido pelos mesmos. Num determinado momento da primeira metade do século XIX, foram plantados coqueiros alinhados e próximos das fachadas dos prédios principais, mas alguns anos depois esta tentativa de relacionar, através desses elementos, edifícios e espaço aberto, seria substituída por outra medida: um projeto paisagístico, cuja intenção surgiu em 1869. Em 1881, com base em planta fornecida pelo Governador da Província, concluíam-se a obra de ajardinamento, arborização e calçamento das aléias da Praça da Matriz. Em fevereiro de 1885, foi inaugurada uma estátua pública de mármore em homenagem ao Conde de Porto Alegre, entre o centro da Praça e a Duque de Caxias, transferida, em 1912, para a Praça do Portão. Nos mapas de 1869, o espaço aberto da Praça aparece, pela primeira vez, com forma quase quadrada - de 84 por 94 metros - do tamanho de um quarteirão não edificado, rodeado de ruas em todos os lados (Fig.4). Em algumas fotos deste período nota-se a presença de uma cerca - removida alguns anos mais tarde - com portões de acesso locados no meio de cada um dos quadrantes. Adquirira então uma composição equilibrada e uma imagem estável, símbolo de uma Província de São Pedro com posse consolidada, que agora possuía iluminação, bondes de tração animal, água encanada, telefones e começava a expandir seu território para além das antigas fortificações, demolidas após o término do episódio dos Farrapos. O grande monumento positivista em homenagem a Júlio de Castilhos, obra do escultor Décio Villares, foi inaugurado em 1913. Em consequência disto, a Praça da Matriz sofreu transformações e sensíveis melhoramentos que ficaram concluídos em 1919.

Em 1943, o Plano de Gladosch previu a modernização e a monumentalização dos dois centros cívicos existentes: o municipal¹² e o estadual. Os croquis de Gladosch demonstram a intenção de estabelecer uma certa continuidade estilística e morfológica entre os Palácios da Praça da Matriz e o tecido circundante. Entretanto, a reordenação do conjunto através de eixos e simetrias parciais e a substituição dos antigos edifícios por prédios racionalistas referenciando-se aos projetos urbanos do italiano Piacentini, alterariam completamente a configuração que a Praça da Matriz possuía naquele momento. No projeto para o novo 'Centro Administrativo Estadual', o espaço aberto da Praça dividiria-se em três partes: com o rebaixamento do trecho da Duque de Caxias fronteiro ao Palácio do Governo e à igreja, que já estava sendo substituída pela atual Catedral, a primeira corresponderia a um patamar mais elevado que a rua, convertido em praça de honra, em situação análoga

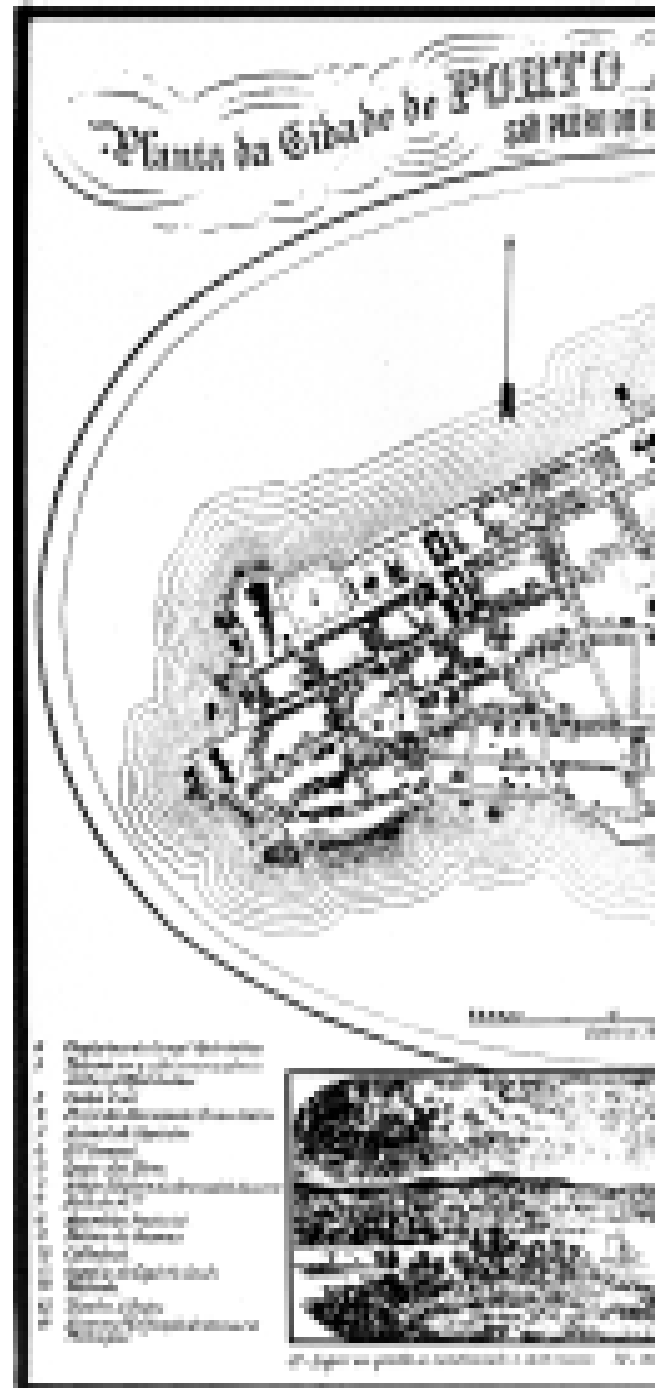


FIG. 4 Planta de Porto Alegre, 1869.
Clévis Oliveira, 1993.



a do antigo Palácio do Governo. Ao lado da Catedral, na descida do beco, a construção de uma pequena praça outorgar-lhe-ia maior monumentalidade. Na segunda, taludes e escadas venceriam o desnível e uma dupla fileira de árvores emoldurariam o Palácio. Na terceira, um obelisco no meio de um espaço cívico quadrado marcaria, ao mesmo tempo, o centro geométrico do Palácio e uma rotação em direção a um segundo eixo correspondente à rua Jerônimo Coelho, como acontecia nos percursos das plantas barrocas, nas quais, através deste recurso, a composição absorvia algumas imposições do programa e/ou do sítio. Este deslocamento do único eixo norte-sul da situação original que agora materializar-se-ia pela seqüência Palácio, espaços abertos, novo edifício e quarteirão frontalmente oposto, enfatizaria a monumentalidade do primeiro que passaria a ocupar uma posição central e dominante em relação aos demais prédios. O Theatro, o Auditório e o Forum seriam demolidos, pois não correspondiam às atuais necessidades da cidade. A futura Assembléia dos Representantes substituiria os dois primeiros e corresponderia a um grande edifício cujo acesso principal porticado, intercalado entre as outras duas partes da fachada simétrica, faria o fechamento da perspectiva desde a Jerônimo. Entretanto, esta simetria jamais seria percebida, pois o prédio fronteiro ao Palácio encobriria uma terça parte da fachada. Todas as secretarias de Estado e demais órgãos componentes da administração ocupariam, além do edifício frontal ao Palácio citado acima, dois edifícios-quarteirão com seis ou mais andares, conforme as necessidades de ampliação dos serviços públicos, ao longo de ambos os lados da rua Jerônimo Coelho prolongada. No entroncamento desta com uma nova rua, paralela à Borges de Medeiros, seria construído um pórtico de entrada, monumentalizando, assim, este acesso ao centro cívico. Para facilitar o acesso pela rua General Câmara, seria feito um rebaixamento da mesma e da rua Riachuelo, sustentado por um muro de arrimo, tratado como arcada, e implantar-se-ia um sistema de elevadores, novidade na época, que transportariam os pedestres desde esta última até o patamar do Palácio. Esta intenção envolveria, ainda, a demolição e reloteamento de três faces do quarteirão da Biblioteca Pública.

Este projeto não foi realizado. Apesar do clima ameaçador que a rondava, alterando-a no papel e modificando de fato o seu entorno mais imediato, paradoxalmente, de 1930 a 1950, a Praça da Matriz não sofreu alterações. Os seus limites edificados caracterizavam-se pela presença dos prédios gêmeos - Theatro São Pedro e Câmara - da Catedral Metropolitana, do Palácio Piratini, da antiga Assembléia Legislativa, e do antigo Araújo Viana. E o seu espaço aberto, pelo desenho simétrico, organizado segundo um eixo norte-sul, que ultrapassa o seu perímetro: começa na subida da Ladeira e termina numa grande escadaria escondida entre a Catedral Metropolitana e o Palácio Piratini. Dentro da Praça, o eixo duplica os cães de bronze que ornamentam a escada de acesso ao tabuleiro pavimentado, plano e quase quadrado, de 33 por 35 metros, marca presença no Monumento positivista que ali se dispõe,

percorre os caminhos de saibro e os canteiros de grama e divide ao meio o 'U' vegetal descrito por jacarandás de grande porte que constituem as suas bordas leste, sul e oeste.

A Praça da Matriz da Madre de Deus do século XVIII era uma praça cuja igreja homônima, que se debruçava sobre o largo erodido e inclinado, era uma presença marcante que dava sentido ao mesmo e à paisagem da cidade. A vegetação inserida posteriormente modificou esta relação. Se, de um lado, pode-se dizer que esta idéia de espaço público, no qual à artificialidade de uma superfície pavimentada sobrepõe-se à representação da natureza miniaturizada, refere-se às Praças e *Boulevares* com os quais o Barão Haussmann enfeitou Paris no século XIX, de outro, a informação de que, durante alguns anos, a Praça da Matriz foi uma praça cercada, evoca as *squares* inglesas. Em qualquer um dos casos, a utilização da vegetação disposta, geometricamente no primeiro caso, e de forma pitoresca no segundo, outorga autonomia ao espaço, que passa a ter um caráter muito mais recreativo do que cívico.

Na Praça da Matriz, a ausência de árvores no lado norte, o desenho do espaço aberto organizado segundo o eixo existente entre o Palácio da Justiça e o Theatro e a escadaria que se arma diante dos mesmos faz com que estes dois edifícios adquiram predominância na composição do todo, configurando um portal de entrada do centro cívico. De acordo com esta leitura, a seqüência de árvores dos lados leste e oeste conduzem a perspectiva em direção ao lado sul - Catedral e Palácio Piratini. Entretanto, a barreira vegetal que separa o espaço aberto das bordas edificadas da Praça coloca os dois últimos e os edifícios dos lados leste e oeste em segundo plano perceptivo.

AS TRANSFORMAÇÕES DO TEMPO

Ao longo do tempo, o perímetro da península correspondente ao núcleo fundacional de Porto Alegre foi alterado. Hoje, sobre um aterro que um dia foi a Praia do Riacho ou praia de belas mulheres de família, arma-se um fragmento de tecido moderno, sobre o qual estão dispostos os edifícios que integram o Centro Administrativo Estadual¹³. Os Largos que se debruçavam sobre a margem norte do Guaíba hoje escondem-se atrás de um muro de contenção de enchentes. Entretanto, a estrutura básica fundacional de Porto Alegre subsiste. O traçado inicial, radial - em leque - e irregular originou o sistema principal de Avenidas de Porto Alegre. Os edifícios que a partir da metade deste século modernizaram a cidade estão implantados sobre a mesma quadrícula portuguesa. O antigo Largo da Quitanda não conserva seus antigos prédios, mas mantém um certo eco de seu significado original. Desde o final do século XIX, dois projetos de Theo Wiederspahn¹⁴, a Receita Federal, atual MARGS - cuja cobertura plana e átrio com iluminação zenital antecipam características da arquitetura moderna - e o prédio dos Correios e Telégrafos, com sua magnífica torre-relógio e ornamentos escultóricos, materializam, em forma de pórtico, a ligação entre a Praça da Alfândega e o Portão de Ferro do Cais do Porto, reiterando a sua vocação de portal

de entrada da cidade a partir do Rio. Na primeira metade deste século, com o prolongamento da Borges de Medeiros até o cais do porto, o Largo dos Ferreiros foi desmembrado em duas partes, originando a Praça 15 de novembro e a Praça Montevideú. A primeira é constituída pelo Chalé, Largo Glênio Peres e segundo mercado público - projetado e construído por Friedrich Heydtmann¹⁵ em 1861. A segunda, pela Prefeitura Municipal. O Largo da Forca, hoje é o vestíbulo da escadaria da Igreja das Dores, concluída no princípio deste século; o Largo do Arsenal posteriormente virou Praça da Harmonia, hoje homenageia o Brigadeiro Sampaio e está rodeado de Quartéis. Na ponta da Cadeia, em 1928 ergueu-se uma Usina elétrica, hoje um centro cultural. O Alto da Bronze converteu-se em praça esportiva e chama-se Praça General Osório. Só na Placa. Todos a chamam por seu nome original, que homenageou uma moradora local, de grande simpatia e reputação duvidosa.

Hoje, os Altos da Praia, que na Capital da Província de São Pedro foi belvedere de uma arquitetura colonial, arma-se como 'plataforma' sobre a cumeeira da península e caracteriza-se como mirante de uma paisagem metropolitana, composta por modernos espigões que, vez por outra, permitem que o Guaíba se desvele, por entre as estreitas frestas que os separam. Define-se através da Catedral Metropolitana - cuja cúpula central tem presença marcante na paisagem do tradicional Theatro São Pedro, dos Palácios de Governo modernos - da Justiça e Legislativo - e neoclássico - Piratini - de prédios residenciais, de 'algum vestígio das mansões das grandes famílias de outrora'¹⁶ e de vegetação de grande porte. A Duque de Caxias - tradicional rua das famílias nobres - que antes conduzia os pedestres à Praça, converteu-se em avenida de trânsito rápido. A que antes integrava arquiteturas e espaços, hoje conecta centro e bairros, separa a Praça de uma de suas bordas principais e é o principal acesso para quem chega de carro ao centro cívico. O acesso veicular, pelo outro lado, é pela Jerônimo Coelho ou pela Riachuelo. Pela primeira, chega-se em frente e tangencialmente ao Palácio da Justiça e ao Theatro São Pedro. Pela segunda, dobra-se à esquerda na rua da Ladeira, e chega-se de maneira mais monumental, por entre o Palácio e o Theatro. A pé, a estas alternativas somam-se outras quatro: a primeira, é a escadaria que conecta a Praça com a encosta sul da colina. A segunda, é a bela e semi-abandonada escada pública do Arquivo Público Estadual, escondida sob a copa generosa de uma paineira que preenche a brecha existente entre o Palácio Farroupilha e o Theatro São Pedro. Se esta passagem é 'secreta' para quem não frequenta o centro da cidade, ela faz parte da rotina de quem circula entre a Praça da Alfândega e a da Matriz, uma espécie de atalho, um pouco mais suave que a Rua da Ladeira, que constitui a terceira alternativa, e um pouco mais lúdica que o quarto caminho: a servidão pertencente ao Palácio Farroupilha, localizada na parte posterior do mesmo. Apesar de ter sido convertida em Praça Dom Pedro II, em 1865 e, em Praça Marechal Deodoro, a partir da proclamação da República, pouca gente sabe que este, ainda hoje, é o seu nome oficial. Demonstrando, inconscientemente, que a cultura popular é mais forte do que esta sucessão

de governantes que marcam suas presenças destruindo o espaço público e a memória coletiva, todos a chamam, carinhosamente, de Praça da Matriz.

Portanto, se os deuses de Porto Alegre habitam esta espécie de Acrópole que é a Praça da Matriz, tratemos, pois, de encontrá-los, para que os mortos que jazem na praça que um dia foi cemitério não reclamem seu espaço e para que, no próximo milênio, possamos produzir uma arquitetura que outorgue novos sentidos às permanências, unindo os fragmentos e preenchendo os interstícios da cidade contemporânea, que seguirá crescendo sobre si mesma, alargando e asphaltando suas ruas, multiplicando seus pisos e absorvendo as tendências mais progressistas.

NOTAS

1. CALVINO, Ítalo, 'The Gods of the City', *Monumentality and the City*, p. 6. Tradução: 'Uma cidade pode passar por catástrofes e períodos negros, ver diferentes gerações se sucederem em suas casas e ver estas casas se transformarem, pedra por pedra, mas no exato momento, e de diferentes maneiras, ela deve encontrar os seus deuses uma vez mais'.
2. LOWENTHAL, David, *El Pasado es un País Extraño*, Madrid: Ediciones Akal, 1998, título original: *The past is a foreign Country*, Cambridge: University Press, 1985, 1993.
3. ROLNIK, Raquel, *O que é a Cidade*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1988, p.8-9.
4. É ali neste ponto que os barcos, após terem penetrado no território pelo canal de Rio Grande e subido pela Lagoa dos Patos, faziam a curva e entravam no rio Jacuí, rumo ao interior, a procura de gado. De acordo com Sandra Pesavento, "as origens de Porto Alegre mesclam-se com o próprio processo de formação histórica do Rio Grande do Sul. Na passagem do século XVII para o século XVIII, a descoberta de ouro no interior do Brasil, na zona das gerais, motivou a demanda para o serviço das minas de animais para corte e tração. As grandes reservas de gado existentes no Rio Grande tornaram-se então um pólo de atração para bandos de tropeiros que, de armas na mão, em enfrentamentos diretos com os castelhanos, dedicaram-se à preação deste gado xucro ou chimarrão."
5. O Caminho do Passo D'Areia e da Aldeia dos Anjos originou a Independência e o Cristóvão Colombo. O Caminho do Meio é a atual Oswaldo Aranha; o Caminho da Azenha ou Estrada do Mato Grosso hoje é a João Pessoa, Azenha e Bento Gonçalves; e o Caminho Novo, a Voluntários da Pátria.
6. A Rua da Praia é a Rua dos Andradas mas é chamada de Rua da Praia. A Rua da Ponte é a atual Riachuelo. A Rua do Arvoredo é a Fernando Machado, a Rua da Varzinha, a Demétrio Ribeiro, e a antiga Rua da Igreja ou Formosa é a Duque de Caxias.
7. A Rua de Bragança é a atual Marechal Floriano. A Rua do Arroio é a Bento Martins, a Rua Bela é a General Portinho, o Beco dos Guaranis é a General Vasco Alves, a Rua Direita é a atual General Canabarro e Gen. Cipriano Ferreira, a Rua Clara é a General João Manoel e a Ladeira, a General Câmara.
8. Em 1967, o poder legislativo seria transferido para o novo prédio, o Palácio Farroupilha e o casarão colonial cor-de-rosa, a partir do Plano Diretor de 1979, seria restaurado com a finalidade de abrigar a casa Civil.
9. A Nova Casa da Ópera substituiria a que então existia no beco da Ópera, atual rua Uruguai.
10. Nos anos 50, esta ruptura ainda estava associada às alturas. O Plano de 59 mantinha, para a Praça, os gabaritos de Gladosh: no lugar da antiga Intendência Municipal, nos anos 1970, foi construído o edifício Catedral, com treze pavimentos e sobre o alinhamento. O Plano de 79 introduziria recuos frontais: ao lado do 'Forte Apache', foi construído um edifício de treze pavimentos e sete de testada, cujo recuo frontal em relação à rua revela a sua pouca idade.
11. Em 1753 Frei Faustino localizou o cemitério no local correspondente à Praça da Matriz.
12. Localizado entre as ruas Marechal Floriano Peixoto, José Montauri, Uruguai e Mauá, o centro cívico municipal seria remodelado. O futuro Palácio Municipal constituiria o fechamento da Borges de Medeiros, estendendo-se até a Praça 15 de novembro ampliada e reformada, e substituiria o 'antigo', construído em 1900 e considerado totalmente inadaptado às necessidades dos serviços da época.
13. De acordo com a Lei nº 2330, de 1961, que contém a revisão do primeiro Plano Diretor, elaborado em 1959, a localização do centro cívico, na Praça da Matriz, era um fator agravante do crescente e ainda não solucionado problema de congestionamento de trânsito na área central. A partir de então, 22 hectares do aterro da Praia de Belas começariam a ser ocupados por edifícios públicos do Estado, e, nos anos 70, edifícios escultóricos completariam o conjunto, reproduzindo o modelo de Brasília.
14. Theo Wiederspahn construiria ainda, para a iniciativa privada, o Banco da Província, filiais do Banco Alemão, Cervejaria Bopp, a Aliança do Sul, o Palácio Chaves e muitos prédios comerciais, como a casa comercial de Nicolau Ely.
15. Heydtmann foi o responsável pelo primeiro aterro da península - sobre o qual foi construído o 2º mercado - pela criação da cidade baixa e pelo projeto da Beneficência Portuguesa, em 1868.
16. COMAS, Carlos Eduardo, programa da disciplina Prática de projetos IV- Faculdade de Arquitetura, UFRGS, segundo semestre de 1994.

Andréa Soler Machado

Arquiteta, Professora Assistente do Departamento de Arquitetura, UFRGS, Mestre em Arquitetura PROPAP, UFRGS, em doutoramento, PPG História UFRGS.

BIBLIOGRAFIA

- ÁLBUM SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE PORTO ALEGRE, editado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, durante a administração do Prefeito Guilherme Socias Villela.
- LOUREIRO DA SILVA, J. Um Plano de Urbanização. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1943.
- OLIVEIRA, Clovis Silveira de. Porto Alegre: a Cidade e sua Formação. Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole S.A., 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória Porto Alegre Espaços e Vivências, Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1991.
- RIOPARDENSE DE MACEDO, Francisco. 'Antecedentes da Praça do Palácio Legislativo'. Espaço Arquitetura, Porto Alegre: Editora Globo, ano 1, nº2.
- ROLNIK, Raquel. O que é a Cidade. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988.
- ROSSI, Aldo. La Arquitectura de la Ciudad. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.
- WEIMER, Günter. A Arquitetura. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1992.
- XAVIER, A., MIZOGUCHI, I., organizadores. Arquitetura Moderna em Porto Alegre. Porto Alegre: FAUFRGS/PINI, 1987.